





PROÍBE O USO DE PRODUTOS, MATERIAIS OU ARTEFATOS DESTINADOS AO CONSUMIDOR, QUE CONTENHAM FIBRAS DE AMIANTO OU ASBESTO EM SUA COMPOSIÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA. Exara-se parecer pela constitucionalidade e juridicidade da proposta.

AUTOR: DEP. BRUNO CUNHA LIMA RELATOR: DEP. RAONI MENDES

PARECER Nº 1684 /2017

I – RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e parecer o **Projeto de Lei nº 1.631/2017**, de autoria do **Deputado Bruno Cunha Lima**, o qual "PROÍBE O USO DE PRODUTOS, MATERIAIS OU ARTEFATOS DESTINADOS AO CONSUMIDOR, QUE CONTENHAM FIBRAS DE AMIANTO OU ASBESTO EM SUA COMPOSIÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA".

A matéria constou no expediente do dia 03 de outubro de 2017.

Instrução processual em termos.

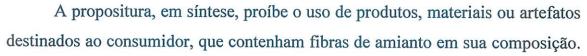
Tramitação dentro dos preceitos regimentais.

É o relatório.





II - VOTO DO RELATOR



Entende-se como amianto uma fibra mineral natural extraída de rochas, utilizada na indústria para fabricar telhas, caixas d'água e outros artefatos. Também conhecido como asbesto, termo associado à asbestose, doença pulmonar provocada pelo contato com o amianto.

A proposta veda a comercialização e instalação, em quaisquer edificações, materiais que contenham o amianto em suas formas de composição. A não observância ao disposto na proposta é considerada infração sanitária e sujeitará o infrator às penalidades cabíveis, sem prejuízo de sanções cíveis e penais.

O autor justificou de forma válida o projeto. Segue, a título de esclarecimento, parte de sua justificativa em que esclarece a finalidade da proposição:

"A exposição humana ao amianto é situação de insalubridade que gera tumores e mata mais de 100 mil pessoas por ano no mundo. Ainda assim, segue sendo usada no Brasil, em especial na produção de materiais de construção. Essa substância provoca males quando é aspirada pelas vias respiratórias, o que acontece dentro das minas e nas obras, principalmente na fase de demolição.

(...)

A Resolução CONAMA 348/2004, reconhece a lesividade do amianto, como um resíduo perigoso; o Decreto nº 6.957/2009 inlcui o amianto ou asbesto como fator de risco de naturez ocupacional para diversas neoplasias (grupo II/ CID-10), e, portanto, define-o como agente patogênico.

(...)".

De início, e nos termos do art. 31, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação.

Deve-se ressaltar, que com relação à competência legislativa sobre o tema houve alteração recente na jurisprudência do egrégio Supremo Tribunal federal (STF), pela constitucionalidade das normas estaduais que buscam proibir a utilização de amianto em seu território.

eia Legislativa o



Comissão de Constituição, Justiça e Redação



O STF concluiu o julgamento da **ADI 3937**, em 24 de agosto do corrente ano, que pedia a invalidade de dispositivo da **Lei Federal 9.055/1995**, que autoriza e disciplina a extração, industrialização, utilização e comercialização do amianto crisotila (asbesto branco) e dos produtos que o contenham. Cinco ministros votaram pela procedência do pedido – Rosa Weber (relatora), Edson Fachin, Ricardo Lewandowski, Celso de Mello e Cármen Lúcia (presidente) – e quatro pela improcedência – Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Gilmar Mendes e Marco Aurélio.

Na decisão, ficou solidificado que as leis estaduais que proíbem o uso do amianto são constitucionais, e que o art. 2° da Lei federal n° 9.055/95, que prevê a sua extração e comercialização, é inconstitucional. O STF, portanto, julgou improcedente a ADI contra a Lei do Estado de São Paulo, afirmando que essa norma é constitucional. Ao mesmo tempo, declarou que a Lei Federal n° 9.055/95, é inconstitucional, com relação ao seu art. 2°.

Em síntese, pela decisão, o art. 2º da Lei federal nº 9.055/95 passou por um processo de <u>inconstitucionalização</u> e, no momento atual, não mais se compatibiliza com a Constituição de 1988, <u>razão pela qual os Estados passaram a ter competência legislativa plena sobre a matéria até que sobrevenha eventual nova legislação federal, nos termos do art. 24, §§ 3º e 4º, da CF/88. Houve a inconstitucionalidade superveniente (sob a óptica material) da Lei Federal nº 9.055/95, por ofensa: ao direito à saúde (art. 6º e 196, CF/88); ao dever estatal de redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança (art. 7º, inciso XXII, CF/88); e à proteção do meio ambiente (art. 225, CF/88).</u>

Pelo exposto, o Poder Legislativo Estadual apresenta competência plena para legislar sobre o tema, nos termos do art. 24, §§ 3° e 4°, da CF/88.



Comissão de Constituição, Justiça e Redação

No que se refere à juridicidade e à regimentalidade, não se encontram, tampouco, quaisquer vícios impeditivos da tramitação da proposta.

Quanto à técnica legislativa, por sua vez, a proposição se mostra em consonância ao que determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis

CONCLUSÃO:

Nestas condições, opino pela CONSTITUCIONALIDADE e

JURIDICIDADE do Projeto de Lei nº 1.631/2017, em sua forma original.

É como voto.

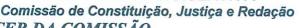
Sala das Comissões, em 28 de novembro de 2017.

DEP RAONI MENDES

RELATOR

eia Legislativa





III – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação se posiciona pela CONSTITUCIONALIDADE e JURIDICIDADE do Projeto de Lei nº 1.631/2017, nos termos do voto do Senhor Relator.

É o parecer

Membro

Membro

Membro

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 2017.

Apreciado pela Comissão Presidente No dia ILA TOSCANO DEP. RAONI MENDES Membro DEP. TROCOLLI JÚNIOR Membro DEP. JOÃO GONÇALVES

Membro

eia Legislativa